

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Capítulo I – INTRODUÇÃO</i>	1
1. O direito público.....	1
2. Princípios básicos do direito administrativo	6
3. O mandado de segurança e o direito administrativo.....	6
4. Missão do mandado de segurança	8
<i>Capítulo II – AS ORIGENS DO MANDADO DE SEGURANÇA</i>	11
5. Antecedentes históricos.....	11
6. Ação sumária especial.....	12
7. O <i>habeas corpus</i> . Origens históricas.....	14
8. O <i>habeas corpus</i> no império.....	16
9. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> : a interpretação de Rui Barbosa.....	18
10. A evolução jurisprudencial (1901-1909).....	22
11. A tese de Pedro Lessa.....	25
12. A revisão constitucional de 1926.....	28
13. A função histórica do <i>habeas corpus</i>	30
14. <i>Habeas corpus</i> e mandado de segurança	32
15. Os interditos e a proteção possessória dos direitos pessoais. As origens da proteção interdital	35
16. Evolução do direito brasileiro	38
17. A posse no Código Civil de 2002	43
18. Utilização privativa ou alternativa do mandado e dos interditos possessórios.....	44
<i>Capítulo III – A LIÇÃO DO DIREITO COMPARADO.....</i>	47
19. Controle judicial e contencioso administrativo	47
20. O “governo dos juízes” e os <i>writs</i> do direito norte-americano	49
21. O recurso de amparo.....	57

22. O recurso de anulação dos atos inconstitucionais no direito austríaco	65
23. O Conselho de Estado e a teoria do <i>détournement de pouvoir</i>	66
24. O mandado de segurança e o direito estrangeiro. Síntese comparativa.....	67
<i>Capítulo IV – A EVOLUÇÃO LEGISLATIVA</i>	69
25. Origens remotas. Primeiros projetos	69
26. A comissão do Itamaraty e a Constituição de 1934 (art. 113, nº 33).....	70
27. A Lei nº 191, de 16 de janeiro de 1936.....	71
28. A Carta de 1937	71
29. O Código de Processo Civil de 1939 (arts. 319 a 331).....	72
30. A Constituição de 1946 (art. 141, § 24)	73
31. A Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951	74
32. A Constituição Federal de 1988.....	76
33. A Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009	77
<i>Capítulo V – NATUREZA PROCESSUAL DO MANDADO DE SEGURANÇA</i>	85
34. Finalidade do mandado de segurança	85
35. A natureza do mandado de segurança. A tese de Castro Nunes.....	88
36. O mandado como ação mandamental.....	89
37. O mandado como ação anulatória de medidas abusivas ou ilegais da administração.....	90
38. O mandado como interdito possessório	92
39. O mandado de segurança como ação especial de maior densidade	93
<i>Capítulo VI – O CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO</i>	97
40. Pressupostos do mandado de segurança no direito constitucional brasileiro	97
41. Ato inconstitucional ou ilegal e abuso de direito	98
42. Violação de direito individual ou coletivo	99
43. Prova cabal do fato alegado.....	104
44. Importância da apreciação subjetiva do magistrado	107
45. A lição de Costa Manso e as críticas de Castro Nunes e Temístocles Cavalcânti.....	108
46. A síntese de Pontes de Miranda e Seabra Fagundes	110
47. O abuso de poder na jurisprudência brasileira	112
<i>Capítulo VII – ATOS DE AUTORIDADE</i>	115
48. Conceito de autoridade.....	115
49. Atos do Poder Legislativo	120

50. Atos do Poder Judiciário.....	127
51. Atos do Poder Executivo	137
52. Autarquias e administração pública indireta. Partidos políticos. Autoridade delegada e concessão de serviços públicos. Sindicatos.....	141
53. Decisões de tribunais administrativos.....	146
54. Possibilidade de correção do polo passivo	149
<i>Capítulo VIII – LEGITIMIDADE ATIVA</i>	151
55. Princípios gerais.....	151
56. Impetração por estrangeiros	154
57. Mandado de segurança coletivo	156
58. Impetração por pessoa jurídica de direito público	160
59. Substituição processual.....	161
60. Da representação do impetrante por advogado	163
<i>Capítulo IX – O MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO</i>	167
61. Requisitos para a impetração	167
62. Legitimidade ativa	167
63. Concessão de liminar.....	171
64. Litispendência e coisa julgada.....	173
<i>Capítulo X – O MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA</i>	177
65. A importância do mandado de segurança para possibilitar a compensação e a dispensa do pagamento do tributo	177
66. A exigência de caução como contracautela.....	180
67. A efetividade do mandado de segurança e a legitimidade das partes	181
<i>Capítulo XI – QUESTÕES POLÊMICAS</i>	187
68. O ato político e a discricionariedade	187
69. A suspensão de liminar e de segurança	191
70. O mandado de segurança contra ato judicial e o agravo de instrumento no CPC de 2015.....	195
71. O mandado de segurança e a arbitragem	197
72. Arguição de descumprimento de preceito fundamental e mandado de segurança.....	199
73. Breves considerações sobre a Lei nº 12.016/2009.....	203
<i>Capítulo XII – ONZE ANOS DA LEI Nº 12.016/2009</i>	207
74. Ações diretas de constitucionalidade	207

75. Alguns entendimentos sumulados à luz da Lei nº 12.016.....	208
76. Pontos de contato entre o CPC de 2015 e o mandado de segurança.....	211
77. Temas de mandado de segurança coletivo	214
<i>Capítulo XIII – CONCLUSÃO</i>	217
APÊNDICES	223
I – PROJETOS E LEGISLAÇÃO	223
1 – Lei nº 221, de 20 de novembro de 1894	223
2 – Constituição de 16 de julho de 1934	224
3 – Lei nº 191, de 16 de janeiro de 1936	225
4 – Código de Processo Civil de 1939	230
5 – Constituição, de 18 de setembro de 1946	232
6 – Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951.....	232
7 – Lei nº 2.410, de 29 de janeiro de 1955.....	235
8 – Lei nº 2.770, de 4 de maio de 1956	235
9 – Lei nº 4.166, de 4 de dezembro de 1962.....	236
10 – Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.....	237
11 – Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.....	238
12 – Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965	238
13 – Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966.....	238
14 – Constituição de 1967	239
15 – Constituição de 1967 com a Emenda nº 1/69	240
16 – Emenda Constitucional nº 7/1977.....	240
17 – Lei nº 6.014, de 27 de dezembro de 1973.....	241
18 – Lei nº 6.071, de 3 de julho de 1974	241
19 – Constituição de 1988.....	241
20 – Lei nº 8.076, de 23 de agosto de 1990.....	243
21 – Exposição de motivos do projeto de lei, encaminhado em 2001, para disciplinar o mandado de segurança individual e coletivo	243
22 – Parecer da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.067, de 2001, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.....	247
23 – Parecer do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.067, de 2001, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo.....	248
24 – Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009	254

25 – Quadro comparativo entre a Lei nº 12.016/2009 e a legislação anterior	260
26 – Regimento interno do Supremo Tribunal Federal	276
27 – Regimento interno do Superior Tribunal de Justiça	277
II – SÚMULAS DO STF E DO STJ.....	279
A) DO STF	279
B) DO STJ	281
BIBLIOGRAFIA	283